

## Política, futebol e as invenções do Brasil

### Politics, soccer and the inventions of Brazil

Luiz Carlos Ribeiro\*

#### Os lugares comuns do Brasil<sup>1</sup>

A instituição do futebol como tema de reflexão no meio intelectual nacional se dá originalmente na perspectiva da afirmação do estado-nação brasileiro. Apesar das primeiras leituras sobre o futebol existirem desde o seu surgimento como prática efetiva no Brasil, entre o final do século XIX e primórdios do XX, é a partir, sobretudo da década de trinta, que ele começa a ser visto como um fenômeno cultural que se confunde e explica o homem e a nação brasileiros.

As primeiras linhas dedicadas ao futebol, em geral redigidas em forma de crônicas por grandes escritores, de forma consciente ou não, tinham um duplo significado: ao mesmo tempo em que se preocupavam em conhecer e descrever a então incipiente prática esportiva, a narrativa era carregada de inquietudes sobre o lugar do futebol na cultura nacional. São exemplos clássicos dessas interpretações do futebol brasileiro autores como Lima Barreto, Coelho Neto, Olavo Bilac, entre outros.<sup>2</sup>

---

\* Professor do Departamento de História da UFPR. Doutor em História. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. *E-mail*: ribeiro4650@gmail.com

<sup>1</sup> A expressão “lugar-comum” é um empréstimo das análises de Maria Stela Bresciani sobre os intérpretes do Brasil. BRESCIANI, Stella. *Identidades inconclusas no Brasil do século XX. Fundamentos de um lugar-comum*. BRESCIANI, Stella ; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 403-429.

<sup>2</sup> PEREIRA, Leonardo A. de M. **Foollballmania**. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938; CAPRARO, André M. **Identidades imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX**. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

Como entre o final do século XIX e início o XX falar do Brasil era quase sempre uma experiência com o novo, com o ainda incomum na cultura local – fossem os banhos de mar, os negros livres ou o liberalismo republicano – ao tratar do futebol os cronistas o fizeram também como um ajuste à reinvenção do Brasil, ou mais especificamente, às invenções do indivíduo, do estado e da nação brasileiros. Pensar o futebol, assim como a febre amarela ou o cinematógrafo, foram formas de inventar o Brasil. Interpretar o futebol, ainda que de maneira secundária e ao “rês-do-chão”<sup>3</sup>, fez parte do mesmo estratagema da *intelligentia* nacional de imaginar o Brasil.

Na discussão sobre as transformações políticas e culturais por que passava a sociedade brasileira, o tema da vida ao ar livre, do culto aos esportes e a beleza olímpica dos corpos era observada desde o final do século XIX.<sup>4</sup> Em crônica de 1896, por exemplo, Machado de Assis vislumbrava de forma crítica a civilização esportiva como um “furor que se avizinhava”:

Vamos ter... Leitor amigo, prepara-te para lamber os beijos. Vamos ter jogos olímpicos, corridas de bigas e quadrigas, ao modo romano e grego, torneios da idade média, conquista de diademas e cortejo às damas, corridas atléticas, caça ao veado. (...) É quase um sonho essa renascença dos séculos, esta mistura de tempos gregos, romanos, medievais e modernos, que formarão assim uma imagem cabal da civilização desportiva.<sup>5</sup>

As novas concepções de higiene pessoal, da vida ao ar livre e a prática dos esportes confundiam-se com a modernização das cidades e da vida cultural. Eram exigências médicas e sanitárias que se impunham como uma cultura política e que se associavam, no Brasil, à prática da organização de clubes sociais e esportivos impulsionadas pelos imigrantes.

---

<sup>3</sup> Conforme definição de Antonio Cândido dada às crônicas. CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas (SP): Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

<sup>4</sup> MELO, Victor A. de. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará : FAPERJ, 2001.

<sup>5</sup> Apud SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 568.

A proliferação de clubes étnicos, culturais, recreativos, mutualistas ou corporativos modifica o cenário das cidades. Com muita rapidez, o futebol se constituiu em uma prática esportiva popular entre as camadas pobres e trabalhadoras brasileiras, fenômeno recorrente também em outros países da América Latina e na Europa. Até o final da década de 1920, já existiam clubes e campeonatos de futebol consolidados em quase todos os estados da federação brasileira. Apenas à guisa de exemplo, citemos alguns clubes mais conhecidos:

Fundações dos Clubes de Futebol					
Estado	Data de fundação	Clube	Estado	Data de fundação	Clube
Rio de Janeiro	1895	Flamengo	Minas Gerais	1908	Atlético Mineiro
	1898	Vasco		1921	Cruzeiro
	1902	Fluminense	Paraná	1909	Coritiba
	1904	Botafogo	Rio Grande do Sul	1903	Grêmio
1900	Ponte Preta	1909		Internacional	
São Paulo	1910	Corinthians	Nordeste	1901	Náutico
	1912	Santos		1905	Sport
	1914	Palmeiras		1914	Ceará

Em crônica singular publicada em 1917, João do Rio descrevia o frenesi que era a vida esportiva do Rio de Janeiro:

Não! Há de fato uma coisa séria para o carioca – o futebol! Tenho assistido a *meetings* colossais em diversos países, mergulhei no povo de diversos países, nessas grandes festas de saúde, de força e de ar. Mas absolutamente nunca eu vi o fogo, o entusiasmo, a ebbriez da multidão assim. Só pensando em antigas leituras, só recordando o Coliseu de Roma e o Hipódromo de Bizâncio.

O campo do Flamengo é enorme. Da arquibancada eu via o outro lado, o das gerais, apinhado de gente, a gritar, a mover-se a sacudir os chapéus. Essa gente subia para a esquerda, pedreira acima, enegrecendo a rocha viva. Embaixo a mesma massa compacta. E a arquibancada – o lugar dos patrícios no circo romano, era uma colossal, formidável corbelha de belezas vivas, de meninas que pareciam querer atirar-se e gritavam o nome dos jogadores, de senhoras pálidas de entusiasmo, entre cavalheiros como tontos de perfume e também de entusiasmo.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> JOÃO DO RIO. A hora do football. *João do Rio – Uma Antologia* (seleção e apresentação de Luís Martins) 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

Os esportes, em especial o futebol, tornaram-se signos importantes na afirmação identitária nacional. A cultura do corpo sadio ajudava pelo menos a dissimular o recalque do nosso passado negro e indígena. Uma vez que não era possível branqueá-lo, era preciso encontrar qualidades no mestiço. Desse modo, passou-se a produzir um imaginário que vinculava “nossa identidade a uma espécie de mestiçagem peculiar, uma mestiçagem que, de racial e detratadora, se faz moral e nacional”.<sup>7</sup>

Essa mudança sinalizava, entre outros aspectos, o fracasso do racismo. A guerra de 1914 colocara em xeque o sonho vitoriano do progresso e da civilização ocidental, impulsionando disciplinas como a Antropologia, a Linguística, a Psicanálise e a História a anunciarem, ainda com certa timidez, uma ciência menos arrogante e mais inquiridora.<sup>8</sup>

Entre as diversas modalidades esportivas que começaram a ser praticadas no Brasil, desde o final do XIX, o futebol moderno tivera sua origem na vitoriana Inglaterra do século XIX e representava a modernidade da burguesia. Nesses termos, é fundamental reconhecer que futebol não é uma manifestação espontânea. Ao contrário, ele nasce no glorioso império britânico carregado de uma consciência e distinção de classe. E o seu escopo ideológico estava centrado não num discurso vazio de nação, mas de nação que pressupunha estrutura e ordem burguesa. Ou seja, uma nação pensada a partir de um viés de classe.<sup>9</sup> E é com esse referencial ideológico, burguês e modernizante, que o futebol se instala no Brasil, no final do 19.

E a sua eficácia de instalação deu-se tanto por que fazia parte de um ideal cultural e político hegemônico – o que o faz parecer natural e espontâneo –, como por que agiu diluindo barreiras sociais. O futebol não chegou ao Brasil apenas na bagagem das classes ricas, mas também nos pés dos milhares de imigrantes, na sua maioria pobre. E foi a crescente

---

<sup>7</sup> SCHWARZ, Lilian M. Complexo de Zé Carioca, notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Out. 1995, ano 10, n. 29.

<sup>8</sup> Com relação à Psicanálise, ver os escritos de Freud do final dos anos 1920, em especial o *Mal-estar na civilização*, de 1930. FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. **Obras Completas**. Vol. XXI, RJ: Jayme Salomão, 1996.

<sup>9</sup> HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

socialização étnica que criou o ambiente favorável à sua difusão. Ou, como afirma Arlei Damo, ocorreu no Brasil um “processo de descodificação parcial, ou de acomodação local”, caracterizado por “estratégias de apropriação do futebol pelos grupos que não pertenciam às elites”.<sup>10</sup> É decorrente dessa acomodação o entusiasmo de Gilberto Freyre<sup>11</sup> e de Da Matta<sup>12</sup> com a ideia de uma democracia social possibilitada pelo futebol.

A questão é que o fenômeno de instalação e difusão do futebol, apesar de bastante estudado, permanece ainda um tema em aberto. As nossas referências são restritas à história institucional de clubes. Mas o futebol – como é ainda hoje – não se restringe às instituições clubísticas. O tecido social que caracterizou a chegada e o desenvolvimento do futebol é complexo, do qual a documentação oficial dos clubes é rica, mas nos informa apenas uma ínfima parte. Nessa direção Damo afirma que, se “alguns grupos, notadamente ligados às classes altas, preocupavam-se em imitar os ingleses”, outros “se apropriaram dos códigos sem a preocupação se segui-los à risca”. E, conclui: “o processo de acomodação do *football* foi, portanto, mais nuancado do que se imagina, sobretudo do ponto de vista estético, embora a bibliografia atual seja lacunar a esse respeito”.<sup>13</sup>

Facilitado pelo acesso a arquivos e fontes, quase todas as pesquisas restringem-se a uma história contada a partir dos clubes de futebol, pois o futebol da várzea ou amador deixou registros raros.<sup>14</sup> Ao contrário, o que predomina são os arquivos oficiais dos clubes e, mais ainda, o registro que a imprensa dava

<sup>10</sup> DAMO, Arlei S. **Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., Anpocs, 2007, p. 36.

<sup>11</sup> FREYRE, Gilberto. Prefácio de Gilberto Freyre. RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

<sup>12</sup> DA MATTA, Roberto. *Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro*. DA MATTA, Roberto (Org.). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

<sup>13</sup> DAMO, op. cit., p. 37.

<sup>14</sup> No jargão esportivo, o termo várzea refere-se ao futebol praticado em terrenos baldios, em bairros da periferia das cidades, em geral com regras acordadas entre os praticantes. É diferente do futebol amador, que é mais estruturado e segue as regras oficiais do futebol. Originalmente, o termo amador opunha-se a profissional, o que não corresponde mais à realidade atual. DAMO, A. S. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 129-156, maio/ago., 2003.

a esses clubes, pois de modo geral pertenciam ou tinham entre seus sócios pessoas de prestígio na sociedade.

É por conta disso que ainda hoje se reproduzem na literatura certos mitos fundadores do futebol brasileiro, como Charles Miller ou Oscar Cox. Ambos têm uma biografia comum: jovens ricos e descendentes de britânicos estudaram na Europa e frequentaram as melhores escolas e alta sociedade brasileira. Por serem membros das elites paulista e carioca e terem contribuído na fundação de clubes, foram inscritos no corpo ideológico de aceitação do futebol e da afirmação brasileira.

Mas não foi apenas dessa maneira que se fez o futebol no Brasil. Basta lembrarmos a Liga dos Canelas Pretas, no Rio Grande do Sul, ou o esforço de distinção das agremiações esportivas de tentar impedir o ingresso de pobres, sobretudo negros entre seus jogadores. A resistência à profissionalização do futebol foi uma forma de impedir o ingresso de jogadores oriundos das camadas inferiores da sociedade, como sintetiza Franzini:

Numa sociedade ainda muito marcada pelo senso de hierarquia e pelo ranço escravocrata, a entrada em campo de pobres, negros e trabalhadores braçais significava a vulgarização, em seu sentido pejorativo, dos nobres ideais que o esporte trazia em si e que deveriam ser preservados.<sup>15</sup>

Estimuladas a levar uma delegação brasileira aos jogos olímpicos de Berlim, previstos para 1916, autoridades brasileiras passaram a se empenhar na organização dos esportes. O futebol já apresentava alguma organização em termos de clubes e de ligas regionais.<sup>16</sup> Mas, na visão dos dirigentes, ainda era falha em termos de representação nacional. Para tanto, houve um esforço em 1914 com criação do COB-Comitê Olímpico Brasileiro e da FBE-Federação Brasileira dos Esportes, cabendo ao primeiro a “preparação e organização das delegações de atletas brasileiros que iriam representar o Brasil nos futuros

<sup>15</sup> FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor A. de (Orgs.). *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 122.

<sup>16</sup> Exemplo de algumas ligas estaduais de futebol então existentes: 1901, a Liga Paulista de Futebol; 1905, a Liga Metropolitana de Futebol (Rio de Janeiro); 1905, Liga Bahiana de Sports Terrestres; 1915, a Liga Sportiva Pernambucana; 1916, a Liga Sportiva Paranaense. É preciso registrar que desde 1904, com a criação da FIFA- Fédération Internationale de Football, o futebol já se estruturava internacionalmente.

Jogos Olímpicos” e à FBE, “a organização do esporte nacional, incluindo-se aí a preparação e a realização de torneios e eventos esportivos nacionais e internacionais”.<sup>17</sup>

Álvaro Zamith, dirigente do esporte carioca, visando atrair dirigentes de outras federações, em especial a paulista, procurou dar à iniciativa um caráter nacional, como se denota na ata de fundação das entidades:

O esporte é de fundamental importância na regeneração das raças e dos costumes (...) como também no estreitamento das relações internacionais, tornando-se hoje um auxiliar da diplomacia. O indiferentismo diante dos progressos do esporte seria um crime e foi por pensar assim que um grupo de verdadeiros abnegados, porque disso não usufruem lucro algum, pensou um dia em fazer entrar a nossa pátria no concerto das nações que mais se tem distinguido nesse assunto. Nossas relações esportivas internacionais foram iniciadas, como sabeis, pelos clubes de futebol, mas não só de futebol devemos cuidar. (...) Para que o Brasil se faça representar dignamente no mundo esportivo, é necessário, porém, que se comece unificando o seu esporte. (...) A FBE será, na nossa terra, a autoridade única no esporte. (...) A construção deste monumento grandioso (...) representará, sem dúvida, um passo a mais, para o progresso da Pátria, para a regeneração de sua raça e para os laços de amizade com as nações que lhe são vizinhas ou com as que a ela se acham ligadas por interesses políticos e comerciais.”<sup>18</sup>

Apesar dos jogos olímpicos de Berlim não terem ocorrido, por conta da guerra mundial, essas entidades se constituíram no berço institucional do esforço de nacionalização dos esportes no Brasil. Como efeito dessa iniciativa, em 18 de junho de 1916, foi criada a CBD-Confederação Brasileira de Desportos.

A manifestação do editorial do *Jornal do Brasil*, por ocasião do Campeonato Sul-Brasileiro de 1919, disputado no Rio de Janeiro entre as seleções nacionais do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, revela como a tendência de vincular o futebol a um projeto nacional começava a se tornar lugar-comum na cultura política brasileira.

<sup>17</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 5.

<sup>18</sup> Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportos. Apud SARMENTO, op.cit., p. 6.

No círculo dos jovens, considera-se impatriótico o desinteresse do desfecho do certâmen continental, declarado que seja por um brasileiro! ... e nas rodas mundanas, não se admite nem por esnobismo, uma afirmativa desta natureza.<sup>19</sup>

Começa a se constituir no país um preceito de “moral nacional”. O nacional como moral, um dever ético de amar o país. Uma cultura política na qual é difícil ficar de fora, sob o risco de se sofrer algum tipo de crítica de traição. Um recurso ao emocional como estratégia de estetização das ações de legitimação do estado-nação.<sup>20</sup> E o futebol, tal como o hino ou bandeira, agrega-se a esse estoque político de envolvimento emocional.

No Brasil dos anos vinte, a pressão das multidões urbanas, a formação de uma opinião pública marcada por demandas entre e intraclases e a emergente cultura de massa associavam-se às exigências internacionais do capital e do concerto das nações. Esse quadro forçou ainda mais as elites nacionais a se assumir como classe dirigente e a impor um reordenamento em todo o tecido social.

É nesse contexto que cresce no país, tanto no plano político institucional quanto no intelectual, um pensamento autoritário e elitista, cuja missão era a de refundar o estado-nação de acordo com preceitos ocidentais. Um “esforço civilizador”, para usarmos expressão cara no texto de Gilberto Freyre.<sup>21</sup>

Assim como em diversos meandros da sociedade brasileira – como o campo do trabalho, da educação, da assistência social, entre outros<sup>22</sup> –, também o campo esportivo recebeu uma reconfiguração significativa com a intervenção do poder central.

Como estratégia de propaganda política e de disciplina dos corpos, o governo de Vargas não mediu esforços em

<sup>19</sup> Apud SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 62. Composto apenas por cariocas e paulistas, o selecionado foi campeão e obteve o seu primeiro título internacional.

<sup>20</sup> PROCHASSON, Christophe. *Le socialisme des indignés. Contribution à l’histoire des émotions politiques*. AMBROISE-RENDU, Anne-Claude; DELPORTE, Chritian (Dir.) **L’indignation. Histoire d’une émotion politique et morale**. Paris: Nouveau Monde, 2008, p. 173-190.

<sup>21</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1º tomo. 14 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p. 22.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela M<sup>a</sup> Castro. **Estado Novo**. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.



desenvolver políticas institucionais relacionadas aos esportes.<sup>23</sup> Vargas levou para os esportes a mesma visão corporativista de ordem social. Aos olhos do estado, a autonomia das instituições esportivas – própria da tradição liberal vigente até então – e o crescimento da profissionalização – principalmente no futebol – eram vistos como politicamente desordenadores e perigosos. Essa perspectiva levou o governo a criar, em 1941, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a “orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país”.<sup>24</sup> Na exposição de motivos à criação do órgão, Getúlio Vargas argumentou que o esporte brasileiro, apesar de seu “desenvolvimento notável”, ressentia-se pela “falta de organização geral e adequada, que lhe imprimisse a disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude”.<sup>25</sup>

Era um momento emblemático na consolidação do futebol na cultura nacional. Apesar das dificuldades de organização, motivadas sobretudo por disputas internas, em especial entre as direções de Rio de Janeiro e São Paulo, o selecionado brasileiro começava a despontar como signo à nossa identidade nacional. Nos anos de 1931 e 1932, o Brasil se consagrara campeão das duas primeiras edições da Copa Rio Branco, disputando com o Uruguai, que havia sido o campeão da Copa do Mundo de 1930. Na Copa do Mundo de 1938, realizada na França, o Brasil conquistou o terceiro lugar, ganhando da Suécia por 4 x 2. Nesse jogo, consagraram-se, entre outros, os jogadores do Flamengo, Domingos da Guia e Leônidas da Silva.

Apelidado “Diamante Negro”, o negro Leônidas da Silva foi para o cronista Nelson Rodrigues uma espécie de síntese do homem brasileiro: “rigorosamente brasileiro, brasileiro da cabeça aos sapatos. Tinha a fantasia, a improvisação, a molecagem, a sensualidade do nosso craque típico”.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> MANHÃES, Eduardo D. *Política de esportes no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. NEGREIROS, Plínio José L. de C. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. *História: Questões & Debates*. Ano 20, n. 29, jul.-dez. de 2003, p. 121-151.

<sup>24</sup> Decreto nº 3.199, de 1941. Apud MANHÃES, op. cit., p. 37.

<sup>25</sup> Apud MANHÃES, op. cit., p. 29.

<sup>26</sup> RODRIGUES, Nelson. O drama das sete copas. RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 114. Publicado originalmente em junho de 1966, na revista *Realidade*.

A boa campanha do Brasil na Copa de 1938 veio ao encontro do imaginário ideológico de refundação da nação e do indivíduo. Um ideal que não circulava apenas no Brasil. As disputas esportivas tinham uma conotação ideológica muito forte na Europa, em especial na Alemanha e na Itália. A vitória italiana nas copas do mundo de futebol de 1934 (realizada na Itália) e de 1938 (realizada na França), e os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, tiveram relevância na arquitetura do regime nesses países.<sup>27</sup>

No Brasil, a função que se atribuía aos esportes não era diferente. A tratativa dada à capoeira pelo governo Vargas é exemplar. Porém, apesar do esforço varguista de higienização social da capoeira – ao procurar tirar a autonomia que a rua e o cais dos portos lhe deram e transformá-la em esporte nacional –, a iniciativa foi um fracasso. O fato é que a capoeira, negra ou mulata, mas sobretudo originária das camadas pobres da população brasileira, tinha circulação restrita a nichos marginais da sociedade. Estava longe de ser um esporte de massas e espetacular, como já era o futebol, no Brasil e no mundo. A tentativa do governo, de trazer a capoeira para dentro da academia e do controle do estado, foi um esforço romântico de querer encontrar a verdadeira identidade cultural brasileira, como se fez com o samba, o carnaval e o mulato.<sup>28</sup>

O futebol, pela sua força mobilizadora e popular, teve resultados mais eficazes. Ele se organizara como esporte de massa de forma autônoma do poder público. O futebol se tornara uma das bases da cultura popular brasileira, independente das ações do estado. Se para reinventar o Brasil era preciso antes inventar a capoeira como símbolo nacional, com o futebol o processo foi inverso: o futebol é que servia de pilar à invenção do Brasil.

Talvez a melhor síntese sobre esse movimento cultural e ideológico, produzida no campo intelectual, tenha sido a formulada por Gilberto Freyre. A citação a seguir, escrita logo após a vitória contra a Tchecoslováquia, que possibilitou a

---

<sup>27</sup> BOLZ, Daphné. *Les arènes totalitaires*. Hitler, Mussolini et les jeux du stade. Paris: CNRS Éditions, 2008.

<sup>28</sup> Sobre a capoeira no Brasil, ver: REIS, Leticia V. de Sousa. *O mundo de pernas para o ar*. A capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

classificação brasileira às semifinais da Copa do Mundo de 1938, é um extrato do pensamento freyreano sobre miscigenação, democracia social e futebol, em suma, a substância do Brasil:

Acaba de se definir de maneira inconfundível um estilo brasileiro de futebol, e esse estilo é uma expressão a mais do nosso mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, curvas ou em músicas, as técnicas europeias ou norte-americanas mais angulosas para o nosso gosto: sejam elas de jogo ou de arquitetura. Porque é um mulatismo o nosso – psicologicamente, ser brasileiro é ser mulato – inimigo do formalismo apolíneo sendo dionisíaco a seu jeito – o grande feito mulato.<sup>29</sup>

Há, portanto, uma confluência óbvia entre as narrativas sobre a civilização brasileira e as específicas sobre o futebol. Na verdade, após o terceiro lugar conquistado pelo Brasil na Copa da França, em 1938, Gilberto Freyre passou a incorporar nos seus textos o exemplo do futebol como evidência da vitória do mulato como a identidade do homem brasileiro.

Estava com isso fundada a “pátria em chuteiras”, como nominaria Nelson Rodrigues alguns anos mais tarde, quando afirmaria o significado da seleção para os brasileiros: “É a pátria em calções e em chuteiras, a dar rútilas botinadas, em todas as direções. O escrete representa os nossos defeitos e as nossas virtudes”.<sup>30</sup>

Compuseram esse cenário, ainda, a derrota na final da Copa de 1950, em pleno Maracanã, contra o Uruguai, que transformou o brasileiro num vira-latas.<sup>31</sup> Mas muito especialmente as vitórias de 1958, na Suécia, e a de 1962, no Chile. Foram protagonistas desse processo os atletas negros e mulatos, desde Leônidas da Silva, o goleiro Barbosa na derrota de 50, como Pelé e Garrincha nas vitórias subsequentes.

Assim, é evidente como a memória sobre a formação e o desenvolvimento do futebol encontra-se imbricada com um projeto intelectual e ideológico mais amplo de formação do Brasil. Fundar o estado-nação no concerto das nações modernas era

<sup>29</sup> FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945, p. 432.

<sup>30</sup> RODRIGUES, Nelson. A pátria em chuteiras. RODRIGUES, op. cit., p. 179. Publicado originalmente em junho de 1976, no jornal *O Globo*.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Nelson. *Complexo de vira-latas (1958)*. À sombra das chuteiras imortais. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 51-52.

um projeto que pressupunha reestruturar a sociedade nos lugares mais profundos. Esse eterno refundar tornou-se, para a elite intelectual e política, um engajamento e uma missão, e a leitura do futebol um dos seus lugares.

Temos aqui um paradoxo complexo de analisar. Como já afirmamos, o futebol se instalou no Brasil já como prática esportiva moderna, prescindindo do projeto Brasil para se afirmar como civilizatório. Ao contrário, foi o projeto nacional que, para se constituir e se legitimar, precisou se apoiar em lugares consolidados da cultura popular, função que o futebol desempenhava com eficiência. Foi obrigado a absorver o mestiço – já que não conseguia livrar-se dele –, apesar do esforço eugenista. E o envolvimento do projeto Brasil com o futebol cresceu na medida em que este se difundia e se popularizava. Porém, a apropriação intelectual e ideológica do futebol se fez a partir da identidade Brasil, apesar do seu viés civilizatório existir a priori. O futebol não precisou do imaginário nacional brasileiro para se tornar civilizado, pois ele já vinha contido nesse ideal. Foi a intelectualidade local que, ao se apropriar dele, o abraçou.

A complexidade é que o significado (ou os significados) do futebol não é apenas aquele da sua fundação. Primeiro porque, sob o formato de clube, o futebol nasceu elitista, mas perdeu o seu caráter de distinção de classe na medida em que se distanciou geográfica e socialmente das suas origens. Nesse processo, o futebol passou a receber ressignificações e tornou-se polissêmico. O que procuramos mapear é como essas mudanças ocorreram, a ponto de fazer dele a síntese do nacional. O processo de reinvenção do Brasil ressignificou o futebol e lhe deu caráter de identidade nacional.

A descrição de Freyre a respeito do “nosso estilo de jogar futebol”, associando-o ao “mulatismo *flamboyant*”, é um exemplo desse processo de abraçar o futebol:

O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual (...). Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, ou alguma coisa de dança e capoeiragem que marcam o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus

jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo *flamboyant* e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil.<sup>32</sup>

### Outros lugares do Brasil

Mas, apesar da consistência desses lugares-comuns, fundadores do estado-nação, a identidade nacional brasileira parece vazia de sentido quando analisada a partir de outras narrativas, também produtoras de verdades. Com isso queremos afirmar que, se a ideia de nação parece consolidada em determinada formação discursiva particular, carece de significado fora dela. Afinal, o nacional e o nacionalismo não é algo dado ou monolítico. A sua existência só tem sentido se contemplado a partir das diversas tensões. Como afirma Thompson, a constituição do nacional é uma “arena de elementos conflitivos” e que somente “sob uma pressão imperiosa” e longa assume a forma de um sistema.<sup>33</sup>

Desse modo, a proposta é refletir sobre a relação do futebol com a formação do nosso sistema nacional, desde os primórdios do século XX. Ponderar sobre a questão nacional fora do ambiente intelectual e político em que o discurso anteriormente analisado foi produzido. Refiro-me às visões de mundo que não respiravam a mesma demanda das elites políticas, econômicas e intelectuais, que se encontravam claramente engajadas com um projeto de reengenharia nacional.

Sob o aspecto político tradicional, a sugestão não é nova, pois a historiografia já analisou como o discurso do estado-nação se esboça desde o final do século XIX, a partir de uma elite imbuída de propostas de mudanças que atendessem aos interesses da grande capital internacional. Foram sobretudo os interesses da oligarquia cafeeira que, associados ao capital externo, promoveram o fim da monarquia e do regime de escravidão. Processou-se uma “modernização forçada” das estruturas

---

<sup>32</sup> FREYRE, *Sociologia*, op. cit., p. 421/2.

<sup>33</sup> THOMPSON E. P. Introdução: Costume e cultura. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

econômicas, políticas, sociais, culturais e mesmo científicas, capitaneada pela aliança entre um setor dinâmico da elite local com a lógica do capital financeiro internacional, interessada em sua expansão.<sup>34</sup> A atualização do estado e da nação em relação ao modelo global hegemônico era, portanto, vontade de uma minoria que, pela força de seu dinamismo, se impôs como nacional.

Apesar de não ter a mesma conotação, essa postura de centralização se intensificou nos anos 30/40, da Era Vargas, quando de forma clara o estado chamou para si o papel de direção política. Tratava-se de um momento, como afirma Ângela Castro Gomes, “em que a ideologia política revela, de forma nítida, a teia de relações entre ideologia e poder”, cujo objetivo era o de “organizar e exercer o poder” configurando uma cultura política de legitimação de centralização do poder.<sup>35</sup> Nesse mesmo contexto, não é possível esquecer a vasta produção intelectual sobre o Brasil de intérpretes como Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, entre outros.<sup>36</sup>

Nos anos subsequentes, a novidade foi a afirmação do discurso de esquerda, em geral em torno do Partido Comunista Brasileiro, com uma postura autoritária de agir em nome do vazio de classes no Brasil e, com isso, legitimar a vanguarda do proletariado como condutora da revolução.

Apesar dessa reflexão ter sido discutida à exaustão pela historiografia nacional, a prática de pensar o Brasil a partir desse “lugar-comum” ainda permanece, como a afirma Bresciani: “Um lugar-comum, ou a ideia sedutora e excludente de outras possibilidades, sedimentaram-se nos textos de vários intérpretes do Brasil nas décadas iniciais do século XX, e mantém sua força explicativa até nossos dias.”<sup>37</sup>

<sup>34</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. NOVAIS, op. cit., p. 7-48.

<sup>35</sup> GOMES, Ângela M. C. O redescobrimto do Brasil. OLIVEIRA, et. al., op. cit., p. 109.

<sup>36</sup> MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. Vol. 1. São Paulo: Ed. SENAC SP, 1999. O volume 2 é de 2000. BRESCIANI, Maria Stella M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

<sup>37</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 101. A crítica a essa perspectiva holística de explicar o Brasil é relativamente recente e tem a ver não só com o desenvolvimento das ciências sociais, mas com a política, como veremos mais adiante.

O fato é que setores das elites precisam se afirmar como nacionais porque têm interesse em consolidar seus projetos. Por se encontrarem mais comprometidas com os modelos hegemônicos do capital internacional, procuraram internalizar a lógica desses modelos. De modo diverso, os setores das elites menos dinâmicos ou mesmo estagnados não se mostram interessados ou mesmo coesos o suficiente para produzir projetos alternativos à centralização. Mas isso não os faz inexistentes ou politicamente inoperantes.

Esses setores não elaboram e nem se articulam por um projeto nacional porque, a partir de suas lógicas, não sentem necessidade de reordenar o nacional. Um exemplo dessa dinâmica pode ser a “brasilidade modernista” da década de vinte.

As manifestações estéticas e políticas, em especial as de Mário e Oswald de Andrade, estão, sem dúvidas, imbricadas com as reinvenções do país. Os condicionantes históricos dessa motivação estavam relacionados à falta de expectativa diante da crise global do liberalismo e local do café.<sup>38</sup> Para o crítico Antonio Cândido, a proposta modernista era romper com a tradição brasileira de submissão à cultura europeia. Agora, afirma o crítico, “as nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades*”.<sup>39</sup> Desse modo, o modernismo se inscreve como um dos paradigmas de reinvenção do Brasil, pois representa a “tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro”, assim como a libertação dos nossos “recalques históricos”.<sup>40</sup>

Porém, Mônica Pimenta Velloso, ao analisar a produção intelectual e artística carioca do período, questiona a visão – como anunciada por Cândido – do modernismo paulista como ruptura ao “vazio cultural” que supostamente predominava no Brasil. Com essa leitura, afirma a historiadora, “acaba considerando-se apenas um discurso e uma determinada leitura sobre o moderno, apagando-se a expressão das demais memórias”. Porque centrada na experiência da semana de 1922 – segue a autora – essa visão “foi construída pelos modernistas paulistas,

<sup>38</sup> CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 5 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976, p. 101-126.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 114.

que frequentemente se apresentaram como arautos da modernidade brasileira”.<sup>41</sup>

Propõe, para tanto, que se verifiquem outras experiências históricas em torno do modernismo, afirmando que, no caso do Rio de Janeiro, é a boemia que predomina. Se não há manifestos explícitos pela brasilidade, como os de Oswald de Andrade, as manifestações do que denominou de “família boêmia” deram-se pela ocupação dos espaços da informalidade e da exclusão imposta pela República.<sup>42</sup> Por estar envolvida com um mal-estar, que se entendia como fracasso republicano, a informalidade do meio intelectual e artístico carioca não produziu um discurso refundador.

Essa perspectiva de pensar o nacional a partir de outros lugares-comuns nos remete à experiência cultural e política no Paraná. A experiência cultural em Curitiba, nessas primeiras décadas de século XX, caminhou em sentido diverso do que ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como toda a região sul do Brasil, o Paraná viveu, desde o final do 19, uma forte onda migratória. Impulsionados pela atração cafeeira paulista, imigrantes europeus de várias nacionalidades povoaram o território paranaense, trazendo às elites tradicionais um desconforto cultural e político. A reconfiguração imposta pela leva de imigrantes impôs uma reestruturação nas relações culturais e políticas. O crescimento populacional foi vertiginoso e uma complexa rede de agremiações culturais, associações de mútuo auxílio, sindicatos e partidos surgiu trazendo consigo uma grande demanda por bens e serviços. Aparentemente essa pressão em função das mudanças estruturais guarda algumas semelhanças com o ocorrido em Rio e São Paulo, porém a resposta que as elites paranaenses deram a esse processo foi distinta.

Não há registro de ter ocorrido, no Paraná, um movimento significativo que tivesse pensado a sociedade brasileira considerando a sua inserção no mercado global. Diversamente, o que aconteceu foi um fechamento em defesa do local, e o externo

---

<sup>41</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 358.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 360.



– nacional ou global – algumas vezes foi visto como estranho e perigoso à ordem. A expressão cultural e ideológica desse posicionamento foi o movimento *paranista*, ocorrido entre as décadas de 1920 e 1930. Foi um movimento que teve seu berço em 1900 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, sob a liderança de Romário Martins, e tinha o objetivo manifesto de construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná.<sup>43</sup>

O fato é que o advento da República trouxe desordem à secular tradição cultural e política do estado. Aliada à convulsão que vivia a região, com o ingresso de imigrantes e de novas frentes de ocupação ao norte do estado, outro acontecimento contribuiu para desestabilizar a elite tradicional paranaense: a derrota militar e político-jurídica do Contestado, área limítrofe disputada com Santa Catarina.<sup>44</sup>

Assim como a intelectualidade artística carioca reagiu às mudanças de forma desiludida com o ideal republicano e a paulista apostava numa ruptura inventiva e cosmopolita, a intelectualidade curitibana mostrou-se desinteressada com os destinos da república, pois afinal, ela não se batera ideologicamente por ela. As propostas republicanas de atualização do modelo político nacional em relação às mudanças globais do capitalismo eram estranhas às elites locais, conseqüentemente elas não tinham interesse ou mesmo cultura política para entender as reformas como necessárias.

Mas, uma vez implantadas as mudanças, como a descentralização e a chegada da massa de imigrantes baseados agora nas regras do mercado livre de trabalho, a elite curitibana obrigou-se a agir. E sua reação foi a de construir uma narrativa de ordem conservadora. Ou seja, reinventar o Paraná antes que a desordem republicana o fizesse.

A elite paranaense estava mais preocupada em defender a manutenção de seu poder local do que atualizar-se em relação aos padrões da modernização impostos pela expansão

<sup>43</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: O Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

<sup>44</sup> As disputas do Contestado devem ser interpretadas no contexto da modernização republicana, em especial com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul e a conseqüente valorização econômica da terra.

capitalista. Como também não elaborou um discurso explícito contrário às reformulações. Simplesmente cuidou de dar ordem ao local a partir da projeção de um vetor identitário, o qual chamou de paranismo. Vejamos como Romário Martins, principal articulista, definiu o movimento em 1946:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. (...) Paranismo é o espírito novo, de elação e exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização, o ambiente de paz e solidariedade, o brilho e a altura das ideais, as realizações superiores da inteligência e dos sentimentos. Nós que aqui estamos nos esforçando por fazer germinar e florir e frutificar esse ideal entre as gentes que estão povoando e afeiçãoando aos surtos de uma maior grandeza, este trecho lindo e dadivoso das terras de nossa pátria – pretendemos que o paranismo seja a fê constante nas nossas realizações, a confiança no nosso futuro, a ufanía do nosso passado, o dinamismo da nossa vitalidade, o heroísmo pacífico do nosso trabalho, a confraternização dos nossos elementos sociais de todas as origens, para a formação de espírito de brasilidade que nos há de salvar de nós mesmos.<sup>45</sup>

Agia, portanto, como uma oligarquia concentrada na conservação do poder local. O lugar-comum de pensar a questão nacional, fosse pela conservação ou pela ruptura, não lhe era relevante.

Do ponto de vista da experiência futebolística paranaense, há pouca pesquisa desenvolvida sobre esse período. Além das narrativas de memorialistas, que apesar de relevantes são trabalhos pouco documentados, há uma produção recente, mas que não trata especificamente do recorte proposto nesse ensaio.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Romário Martins, 1946. Apud PEREIRA, op. cit., p. 87-88.

<sup>46</sup> Sobre esse período inicial do futebol paranaense, cito em especial os seguintes trabalhos: FREITAS JR. Miguel A. **Administração futebolística em equipes de pequeno porte: uma análise do Operário Ferroviário Esporte Clube**. Ponta Grossa, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa; CAPRARO, André M. **Football, Uma Prática Elitista e Civilizadora**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná; SANTOS, Natasha et al. A fundação da Liga Sportiva Paranaense: relações de poder entre a juventude elitista. **Anais do IV Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte**. Faxinal do Céu (PR), 2008; MOLETTA Jr. Celso L. **Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do**

De todo modo, considerando o ambiente dos anos 1920, quando era significativa no Paraná a cultura política do paranaísmo, chama a atenção o posicionamento do jornal *Gazeta do Povo* em relação à organização esportiva. Em notas e artigos assinados, a postura do jornal é de conflito com a recém-criada (1916) Associação Sportiva Paranaense (ASP), constituída principalmente para a organização dos jogos entre os clubes futebol.

A crítica do jornal era com relação à falta de organização e preparação de atletas que deveriam participar nas olimpíadas que se organizavam no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência. Sobre o recrutamento, afirma o jornal:

A nossa rapaziada que se sente disposta para as grandes provas de Setembro, deve se apresentar imediatamente, para ser submetida a rigorosos exercícios. O Paraná não pode de forma alguma deixar de participar nos festejos do centenário. Precisamos mostrar mais uma vez ao Brasil o nosso valor.

Precisamos enviar para o Rio de Janeiro uma turma de atletas, para provar o que somos e o que valem<sup>47</sup>.

Mas, ao mesmo tempo em que incentivava a organização dos esportes no Paraná, acusava abertamente os dirigentes da ASP de negligência: “É de lamentar-se a derrocada que vai em nosso esporte unicamente devido às imposições e politiquices”.<sup>48</sup>

Sobre a participação do selecionado paranaense de futebol nos jogos amistosos e nos jogos do centenário (I Campeonato Brasileiro de Seleções ou Torneio do Centenário), nos quais o Paraná perdeu o amistoso para São Paulo por 8x3 e foi desclassificado do torneio pelos gaúchos, mesmo os jogos tendo sido em Curitiba, o jornal credita a vitória gaúcha ao seu orgulho regional: “Colocaram acima de tudo o pavilhão do seu estado e

---

**Coritiba Foot Ball Club (1900-1915).** Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Encontram-se em andamento os trabalhos de mestrado de Jhonatan Uewerton Souza (Futebol e italianidade: O Palestra Itália de Curitiba na imprensa paranaense 1920-1933) e de Eduardo Pereira (Rivalidades Esportivas e Políticas: oposições e entendimentos no futebol de Curitiba entre 1939 e 1945).

<sup>47</sup> *Gazeta do Povo*, 01/07/1922, p. 4. Agradeço a Jhonatan Uewerton Souza, mestrando do PGHIS da UFPR, pela indicação dessas fontes.

<sup>48</sup> Idem, 20/07/1922, p. 4.

lutaram como leões para a conquista do triunfo”.<sup>49</sup> E concluiu responsabilizando a direção da Associação Sportiva do Paraná pelas derrotas do selecionado paranaense:

O esporte nacional espera que cada brasileiro saiba cumprir o seu dever no desenvolvimento physico da raça. A nós, paranaenses, cabe grande parcela deste dever cívico. Enquanto do Amazonas ao Prata, com exceção do Paraná, todos os centros esportivos trabalham insanamente para a formação da nossa representação nacional que irá levantar os créditos do esporte brasileiro nos jogos latino-americanos, aqui no Paraná, um dos centros esportivos mais adiantados do país, a esperança nacional, como diziam os jornais de S. Paulo e Rio no ano passado, não se trabalha.<sup>50</sup>

Mas, o mais interessante desses relatos é quando percebemos que a preocupação da Gazeta do Povo com a organização dos esportes e a participação do Paraná no Torneio do Centenário estava associada ao projeto de criar a Associação de Cronistas Esportivos Brasileira e de realizar um Congresso de Cronistas Esportivos da América do Sul, ambos os projetos idealizados pela Associação de Cronistas Esportivos do Paraná (ACEP). Ou seja, ao mesmo tempo em que criticava os dirigentes locais pela falta de inserção e engajamento em níveis nacionais, ela própria, por meio da ACEP, protagonizava a criação de uma instituição em nível nacional.

Essa informação é relevante para a nossa exposição, pois a postura da Gazeta do Povo destoa não só dos dirigentes esportivos, como do de desinteresse das elites políticas no engajamento a projetos nacionais.

Mas a disposição das elites não mudou nos anos subsequentes. A mesma postura pode ser verificada durante a ditadura getulista, na figura do interventor Manuel Ribas. A criação, em 1944, da Federação das Indústrias do Paraná aconteceu por exclusiva imposição legal do governo Vargas e não por iniciativa do empresariado paranaense. Por mais de dez anos, o número de sindicatos associados à FIEP permaneceu o mesmo e, em nenhum momento, houve iniciativa no sentido de superar a situação de estagnação econômica que vivia a indústria. Baseada

---

<sup>49</sup> Idem, 25/07/1922, p. 4.

<sup>50</sup> Idem, 02/08/1922, p. 4.

numa estrutura familiar de exploração extrativista da madeira e da erva-mate, de baixa tecnologia e limitada margem de lucros, esses ramos industriais foram gradativamente se extinguindo como atividade econômica, não se produzindo plano alternativo.

Concomitantemente, formou-se na Paraná, a partir dos anos 1920/30, a atividade do plantio do café, provocada pela migração do capital cafeeiro paulista, em busca de terras baratas e férteis. Apesar de ter possibilitado o desenvolvimento de novas fronteiras econômicas no estado, do ponto de vista da economia nacional, a atividade cafeeira era já pouco dinâmica. De todo modo, os empresários paranaenses não tiveram ação proativa nesse processo.

O crescimento da região cafeeira, ao norte, inclusive com a fundação de cidades, como Londrina (1934) e Maringá (1947) e o conseqüente surgimento de novas lideranças políticas, fez com que as elites tradicionais retomassem o discurso paranista. A reação negativa às mudanças pode ser observada no pronunciamento do governador Moysés Lupion, em 1948:

Bons e maus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos pelas facilidades dos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente a mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas.<sup>51</sup>

E de seu sucessor, Bento Munhoz da Rocha, em 1953:

Sinto no governo o reverso de nossa evolução trepidante e, mais ainda, os efeitos da rápida transformação de nosso estilo de atividade econômica. Testemunho o surgimento do desnível econômico, inédito até então no Paraná, terra clássica da pequena lavoura de subsistência, com a avalanche da onda cafeeira que traz riquezas mas é acompanhada também por multidões de desajustados e doentes. Percebe-se a miséria que acompanha o progresso.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná, Curitiba, 1949, p. 55. Apud IPARDES. Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: Política e governo**. Curitiba, 1989, p. 33.

<sup>52</sup> PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná, Curitiba, 1953, p. 55. Idem, p. 33-34.

Obviamente a ação não se restringiu ao lamento. A perspectiva de perda do controle social<sup>53</sup> e político para as novas lideranças levaram as elites tradicionais a desenvolver estratégias de centralização do poder local. Por exemplo, com investimentos rodoviários no sentido de viabilizar o escoamento da produção agrícola via Porto de Paranaguá, criando uma passagem obrigatória por Curitiba, capital do estado, com isso evitando os vínculos que a região norte tinha com São Paulo, apesar dos também precários meios de comunicação. Em síntese, a ampliação do sistema viário ligando as fronteiras agrícolas à capital e ao porto “assegurava múltiplas formas de presença do poder público, tanto em si como pelo acesso a outras práticas de gerenciamento” da população.<sup>54</sup>

Outras iniciativas foram no sentido do reequipamento urbano de Curitiba. Aproveitando as comemorações do centenário da emancipação política do estado (1853-1953), diversos investimentos foram construídos na cidade, tais como o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública, ambos inaugurados em 1954 pelo presidente da República, João Café Filho, além de praças e monumentos em alusão ao centenário. Mas, o mais emblemático foi a construção de um “Centro Cívico”, como oportunamente foi nominado, visando reunir vários órgãos de decisão político do governo: o Palácio do Governo, a residência do governador, o complexo de secretarias de estado, a Assembleia Legislativa do Estado, o Tribunal de Júri, Tribunal Eleitoral e o Palácio da Justiça. Na visão do governador Bento Munhoz da Rocha, iniciativa de tal monta só encontrava “paralelo no de Washington, nos Estados Unidos da América do Norte”.<sup>55</sup> O plano de ação, ao mesmo tempo em que vinha ao encontro das pressões por decisões com relação aos estrangulamentos que vivia a economia local, objetivava instituir um “lugar de poder”.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> Em função do rápido processo de ocupação de terras no estado, uma série de levantes surgiram nesse período no Paraná: no Sudoeste, em 1957, entre 1948 e 1951, em Porecatu. Ver: PRIORI, Angelo. **O Levante dos Possesiros**: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

<sup>54</sup> IPARDES, op. cit., p. 47.

<sup>55</sup> PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná, pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná, Curitiba, 1952, P. 193. Idem, op. cit., p. 47.

<sup>56</sup> IPARDES, op. cit., p. 47.

No campo intelectual, o sentimento localista continuava sendo atualizado, agora não mais em relação aos imigrantes europeus, mas aos nacionais. É significativa a publicação de obras que claramente se pronunciavam no sentido de legitimar a identidade paranista. Apenas para citar alguns exemplos, em 1951 é publicado “Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”, de Wilson Martins e, em 1953, Temístocles Linhares edita “O Paraná vivo: um retrato sem retoques”. Essas obras podem ser vistas como sínteses do paranismo dos anos 50, pois “a utopia paranaense se realiza, neste ‘vivo’ e ‘diferente’, conferindo uma identidade ‘regional’ ao Paraná”. Uma identidade que, excluindo negros e portugueses, elegia o imigrante e seus descendentes, principalmente o alemão, como síntese do homem paranaense.<sup>57</sup>

No campo das artes, em depoimento registrado em 1984, o artista plástico Fernando Velloso descreve o ambiente cultural de Curitiba nos anos 1950:

Curitiba na época era uma cidade sem nenhuma ou quase nenhuma informação sobre arte. Havia muito, apenas a Biblioteca Pública recém-inaugurada, tinha um setor de arte: “Belas Artes”, [que] na época possuía alguns livros. (...) Então havia [uma] avidez muito grande – entre os jovens que pretendiam fazer arte – de saber as coisas mais avançadas, mais novas; e eu, ao dizer “mais avançadas”, não imaginei que a gente pretendia os últimos acontecimentos culturais na Europa ou Estados Unidos: nós queríamos saber apenas aquilo que hoje qualquer jovem encontra até nas bancas de jornal, [como] por exemplo, uns impressionistas, que ninguém tinha visto, que se tinha uma pálida ideia do que era. Por aí vocês sintam a dificuldade de desenvolvimento dessa geração. Quando apareceram as primeiras informações nós nos agarramos com unhas e dentes e talvez isso tenha feito com que se formasse um pequeno grupo que é [...] uma ilha cercada de burrice por todos os lados. Porque havia um academismo implantado que era ferrenho inimigo de tudo que se inovasse, reacionário e muito bem implantado porque era fruto de várias gerações de pintores que se repetiam, e cada vez com menor qualidade; como todo xerox que cada vez que é “re-xerocado” perde qualidade, esses acadêmicos eram ainda

<sup>57</sup> BURMESTER, Ana Maria. et al. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares no década de 50. SILVA, Marcos A. da. (Org.). **República em migalhas**. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 159.

originários do grande mestre Alfredo Andersen, e durante gerações e gerações nada mais faziam do que repetir o que o mestre os havia ensinado sem nenhuma preocupação de pesquisa ou de descobrir novos caminhos.<sup>58</sup>

Esse comportamento, avesso a uma iniciativa de ruptura com o marasmo cultural e econômico da região, dá sinais de mudança apenas nos anos 60. Os fatores dessa iniciativa estavam relacionados sobretudo ao esgotamento da fronteira do café no Paraná, o que provocava desaquecimento da economia regional, mas também estavam associados aos novos ares desenvolvimentistas do país. A crise local da economia cafeeira exigia alternativa, ao mesmo tempo em que as exigências internacionais de desenvolvimento e planejamento pressionavam as elites locais a construir um discurso de ruptura.

E esse discurso, ao eleger as causas dos problemas estruturais da economia e sociedade local, manteve-se na perspectiva paranista, estranho à possibilidade de um engajamento a um projeto nacional ou cosmopolita. E as ameaças ao desenvolvimento do Paraná, apontadas nesse paranismo atualizado, eram basicamente duas: primeiro, o café, que pelo sua força econômica havia deixado a região estacionada na função primário-exportadora e periférica; segundo, o imperialismo paulista. Como observa Maria H. Oliva Augusto, “a permanência da situação é explicada por certo tipo de exploração que o estado (PR) sofre por parte de São Paulo. Ou seja, são fatores ‘externos’ ao Paraná que explicam seu não desenvolvimento”.<sup>59</sup> O espectro do imperialismo paulista é descrito no editorial do jornal Diário do Paraná, de 1961:

A concorrência que nossos ainda (...) poucos estabelecimentos industriais sofrem da parte da indústria paulista (...) realmente já começa a preocupar quantos se interessam pela vida do Paraná, que identificam no até chamado “imperialismo

---

<sup>58</sup> VELLOSO, Fernando. Depoimento. Apud FREITAS, Artur. A consolidação do moderno na história da arte do Paraná: anos 50 e 60. *Revista de História Regional* 8(2), p. 87-124, Inverno 2003, p. 89. De todo modo, não se pode esquecer a chamada “geração Joaquim”, que registrou pela liderança de Dalton Trevisan uma efêmera tentativa de atualização da cultura local. A revista *Joaquim*, lançada em 1946, teve apenas 21 edições.

<sup>59</sup> AUGUSTO, Maria H. Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Símbolo, 1976, p. 17.



paulista” um dos grandes fatores impeditivos de nosso progresso industrial.<sup>60</sup>

É, portanto, uma cultura política que se esforça em se distanciar do engajamento – mesmo como parceiro menor – ao projeto nacional hegemônico.

Essa longa exposição sobre o pensamento intelectual e político das elites paranaenses não tem a finalidade de estabelecer juízo de valor, mas atentar para a existência de alteridades sobre a identidade Brasil. Não nos interessa alimentar categorias positivas, como pujança, pioneirismo ou, de outro modo, negativas, como conservadora, provinciana ou atrasada. Mas registrar – como já observado – que a análise da “identidade nacional”, se não contemplar a diversidade e os processos fluidos da sua construção, pode se tornar uma narrativa vazia de significado.

### **Especificidades do sistema futebolístico**

Na perspectiva de problematizar a questão nacional brasileira, a experiência com o futebol é peculiar. A estrutura organizativa do futebol, ao mesmo tempo em que é desigual, possui uma hierarquia reconhecida pelos agentes do sistema. As tensões existentes por conta dessa desigualdade são tratadas por normas próprias do sistema esportivo, que vão desde regras internacionais da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) até acordos informais os mais diversos, muito deles baseados em costumes e tradições orais. Há nisso tudo um fundo comum subjetivo e enraizado, tanto na cultura esportiva brasileira quanto mundial, que pode ser observado a partir de duas características preliminares. Uma é o desejo de jogar, de competir, o que pressupõe respeitar e preservar o adversário. Ou seja, qualquer possibilidade de desordem ou desregramento não pode existir a ponto de eliminar o adversário, seja um clube constituído formalmente ou um simples grupo de atletas que se reúne para um jogo informal. Isso cria entre os competidores a necessidade de respeito a regras mínimas de sociabilidade

---

<sup>60</sup> DIÁRIO DO PARANÁ. Progresso industrial. 13 de julho de 1961, p. 3. Apud, AUGUSTO, op. cit, p. 19.

esportiva. Outra é a norma do ascenso/descenso dos clubes nos diversos campeonatos, desde os que ocorrem entre os clubes de elite do futebol até os amadores. Essa regra privilegia o mérito esportivo e exige dos clubes que estão no topo de determinado campeonato se esforcem para não descer de divisão. Inversamente acontece com os clubes que se encontram nas divisões inferiores, que se esforcem para ascender. Não tenhamos a ilusão de que esse ritual, que remonta aos princípios elitistas britânicos do *fair play*, seja expressão de transparência democrática. Contraditoriamente, a organização do futebol é normatizada por regras obscuras e internas ao sistema e ainda se encontra distante do direito comunitário.<sup>61</sup>

Assim, a desigualdade clubística entre estados da federação, que caracteriza o futebol brasileiro, não é única. Ao mesmo tempo em que há uma hierarquia tensa entre clubes de elite do futebol nacional, localizados sobretudo no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, há também a tensão entre clubes grandes e pequenos, profissionais e amadores, nesses mesmos estados. Dito de outro modo, a hierarquia clubística é mais complexa do que a simples divisão entre regiões hegemônicas e as de menor expressão, como a análise política procura demonstrar.

Reconhece-se a hegemonia esportiva de alguns clubes de futebol baseada em fatores como tamanho da torcida e obtenção de resultados esportivos expressivos – como a conquista do Campeonato Brasileiro ou a Copa Libertadores – que resulta na maior exposição do clube na mídia e, conseqüentemente, acesso mais fácil a patrocínios e ampliação do patrimônio do clube. Forma-se, portanto, uma circularidade, pois os clubes que obtêm maior patrocínio conseguem comprar ou manter os melhores atletas, com a decorrente possibilidade de conquistar os títulos mais valorizados no sistema.

Essa rápida análise sobre o sistema esportivo do futebol é para destacar a autonomia organizativa do campo em relação à trajetória imaginada de construção e legitimação do estado-nação. O futebol, ao mesmo tempo em que se organiza em

---

<sup>61</sup> É preciso lembrar também os esforços que os clubes ricos europeus, liderados pelo G14, envidaram entre os anos 2000-2008 de criar uma liga fechada de clubes. RIBEIRO, Luiz Carlos. Reordenamento das ligas de futebol. Crise ou nova ordem? **Recordre**: Revista de História do Esporte. Vol. 5, n 1, junho de 2012.

termos nacionais (campeonatos nacionais, seleção brasileira, etc), tem uma vida local própria, autônoma. Na contramão dos lugares comuns, antes expostos, que nos falam de mitos fundadores do futebol e do Brasil, a organização de campeonatos nacionais e a formação de uma estrutura efetivamente nacional, em torno do futebol, são relativamente recentes. A cultura futebolística com um envolvimento mais abrangente nacional só começa a existir a partir dos anos setenta, quando o governo autoritário iniciou investimentos na organização de um campeonato nacional e, simultâneo, na modernização dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão que passou a transmitir jogos para todo o país.<sup>62</sup>

Antes disso, a exceção eram os jogos da seleção brasileira, em especial em Copas do Mundo. A abrangência nacional de clubes como Corinthians ou Flamengo era restrita. A força estava nos clubes locais, nos campeonatos estaduais e mesmo nas federações estaduais de futebol. Por exemplo, falar de hegemonia do futebol do eixo Rio-São Paulo, antes dos anos 1960/70, é atributo posterior. Assim como acontecia na política, os clubes locais não estavam disputando nenhuma hegemonia nacional, simplesmente porque não havia lugar para esse pleito.

As disputas efetivas aconteciam nos campeonatos estaduais. E origina-se daí a força das federações estaduais de futebol e a formação dos “clássicos” (ou “derby”) locais, como Clube Atlético Mineiro versus Cruzeiro, Grêmio e Internacional, Coritiba e Atlético Paranaense, entre outros. Eram as torcidas locais que constituíam o *derby*, como ainda permanece na atualidade. A “questão nacional”, no campo futebolístico, restringia-se ao selecionado nacional. A propalada disputa entre Rio e São Paulo efetivamente existia, mas era restrita aos clubes dessas regiões e não envolvia de forma passional nenhuma outra região, cidade ou clube. Para o torcedor mineiro, gaúcho ou paranaense não havia nenhum envolvimento – exceto simples curiosidade esportiva – se ganhava Flamengo ou Corinthians.

Até os anos 1970, ganhar um clássico local ou o campeonato estadual era o que importava realmente. No Paraná, além dos tradicionais clubes da capital, como, por exemplo,

---

<sup>62</sup> Ver: RIBEIRO, op. cit.

Coritiba Football Club (1909), Clube Atlético Paranaense (1924) e Clube Atlético Ferroviário (1930), havia no interior dezenas de clubes que disputavam o campeonato estadual e eram efetivas forças de integração regional. Apenas para citar alguns poucos exemplos, lembremo-nos de clubes como o Clube Atlético Monte Alegre (1946), o Londrina Esporte Clube (1956), o Grêmio de Esportes Maringá (1961) ou União Bandeirante Futebol Clube (1964). Esses clubes envolviam as suas cidades e caravanas se mobilizavam para acompanhar os jogos em todo o estado, assim como ocorria entre os clubes locais nas outras unidades da Federação.

Foi apenas com a criação dos campeonatos nacionais e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a partir do final dos anos 1960 e, sobretudo, nos anos 70, que essa cultura do local começou a mudar e passou a predominar as disputas nacionais. Os campeonatos estaduais começaram a perder importância, as federações estaduais de futebol se transformaram em organizações inexpressivas e vários clubes tradicionais se extinguíram ou passaram a sobreviver entre o amadorismo e aparições efêmeras no campeonato estadual e nas divisões inferiores dos campeonatos nacionais. A sobrevivência dessas estruturas e clubes são reminiscências de mudanças ainda não consolidadas, num processo que vem sendo denominado, desde os anos 1980, de modernização do futebol brasileiro.<sup>63</sup>

Decorrente desse processo, muitos dos torcedores, por falta de opção local e estimulados pelos meios de comunicação universalizados, transferem suas paixões futebolísticas para clubes localizados fora de seus territórios. Um movimento que reconfigura a maioria dos torcedores (antes um torcedor de estádio, hoje um consumidor midiático de esportes) e nos constrói outro tratamento ao conceito de futebol nacional. Ou seja, por conta das transformações globais, seja no interior do sistema futebolístico, seja pelos processos de universalizações provocados pelas mídias de massa, o esporte local teria perdido importância (como por exemplo, os campeonatos estaduais de futebol) e afirmado o nacional, exemplificado na participação de torneios de projeção e de maior captação de recursos finan-

---

<sup>63</sup> HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses**: Futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ceiros, tais como o Campeonato Brasileiro de Futebol, Copa do Brasil, assim como os internacionais, como a Copa Libertadores da América e a Copa Sul-Americana.

Porém, se o diagnóstico até aqui realizado nos autoriza falar em mudanças significativas no sistema futebolístico, com a uniformização nacional, é preciso não descuidar das permanências. Procuramos demonstrar que a uniformidade do futebol como vontade nacional se afirma mais na narrativa ideológica dos produtores de lugares-comuns da identidade nacional, do que na dos indivíduos e grupos, nas suas experiências locais e particularidades. Por conta disso, dadas as mudanças estruturais recentes, é preciso averiguar a postura das elites em relação à questão nacional.

A partir sobretudo dos anos 1990, com o impacto do movimento global na reestruturação da sociedade e a consolidação da democracia, um novo comportamento se manifesta em relação à questão nacional no Brasil. De um lado, a desregulamentação e abertura determinada pelo mercado global reduz a tarefa da elite brasileira e o estado de pensar e legitimar projetos nacionais. A lógica agora é da desnacionalização da direção política, delegando às regras internacionais do mercado as opções a serem assumidas. O engajamento das elites econômicas e políticas brasileiras em se tornar sócio menor da capital internacional – tentativa experimentada desde o final do século XIX, com o ciclo do café – se efetiva com a internacionalização do mercado no final do XX. De outro, o forte ressentimento e descrédito da sociedade civil em relação à herança autoritária ao estado, as dificuldades da (nova) democracia em atender demandas sociais e a crise nas utopias revolucionárias retiram o foco das atenções em relação ao nacional.

No campo futebolístico, a intensa desterritorialização de jogadores, exportados para Europa e resto do mundo, reduz o fator de pertencimento em relação aos clubes, mas em especial no que se refere à seleção nacional.

Nessa tessitura, é possível verificar sinais de esgotamento, no campo político, intelectual e esportivo, da vontade de (re) fundar o estado-nação. Um comportamento que influenciou os formuladores de lugares-comuns no sentido do descomprometimento em relação ao nacional. Uma tendência de mudança que

ainda se processa, contraditoriamente acompanhada de permanências, como pode ser verificada na publicação em 1995 do livro de Darci Ribeiro, *O povo brasileiro; A formação e o sentido do Brasil*<sup>64</sup>, assim como as diversas publicações em referência aos 500 anos do descobrimento do Brasil<sup>65</sup>.

De todo modo, é um movimento de desencajamento que repercute também nas Ciências Sociais e Políticas, tornando-a mais especializada e deslocada em direção a identidades locais e particulares, como destaca o sociólogo Renato Ortiz:

As transformações recentes deslocam ainda mais a centralidade do Estado-nação, redefinindo a situação na qual são produzidas as Ciências Sociais. Muito do que se define por “crise política” associa-se às restrições impostas à sua atuação. Com o processo de globalização, ele se debilita cindindo o elo postulado entre identidade nacional e luta política. O deslocamento do debate, da identidade nacional para as identidades particulares.<sup>66</sup>

### Algumas palavras finais

À maneira de algumas palavras finais sobre este ensaio, destaco a necessidade de historiar a forma – intelectual, política e esportiva – como se deu a instituição do futebol como estratégia de afirmação do estado-nação brasileiro. Os lugares-comuns que se produziram sobre o “nacional”, seja na política, seja no futebol, são axiomas que carecem de historicidade. Antes de falar de “futebol nacional”, ou de frases como “o futebol explica o Brasil”, é preciso compreender a especificidade do campo, pois corre-se o risco de referir-se a algo vazio. Verdadeiro porque pleno de uma vontade política, mas parcial porque expressão da vontade política de universalização e, na maioria das vezes, ausente do imaginário e da experiência efetiva dos grupos e indivíduos que praticam a modalidade.

Em absoluto, nossa intenção é negar a existência do nacional. Ela existe como uma imagem construída, portanto real e

---

<sup>64</sup> RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>65</sup> BRESCIANI, op. cit.

<sup>66</sup> ORTIZ, Renato. As ciências sociais e a cultura. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 19-32, maio de 2002, p. 29.

efetiva, mas plena de tensões e contradições. Falar do nacional sem considerar as alteridades é simplesmente reproduzir o incompleto do lugar-comum.

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é problematizar determinados lugares-comuns que se produziram sobre o processo identitário brasileiro ao longo do século XX. Aborda-se a formação e o esgotamento do estado-nação brasileiro a partir da análise tanto do campo político e intelectual quanto da experiência histórica do futebol. Procura-se demonstrar como a interpretação do estado, centrada em uma elite hegemônica e a partir de lugares comuns, oculta as tensões sobre o Brasil e faz da ideia do nacional algo vazio e carente de sentido histórico. O estudo propõe a análise de lugares incomuns para buscar a alteridade e a tensão da construção identitária do Brasil.

**Palavras-chave:** Brasil. Identidade nacional. Política. Futebol.

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss certain commonplaces that were at work regarding the Brazilian identity process throughout the twentieth century. It discusses the formation and depletion of the Brazilian nation-state through the analysis of both the intellectual and political field and the historical experience of soccer. It seeks to demonstrate how the interpretation of the state, centered on a hegemonic elite and based on commonplaces, actually conceals the tensions within Brazil and turns the idea of nationhood into an empty concept lacking historical meaning. This study proposes the analysis of non-commonplaces, and thus to seek the alterity and the tension in the formation of the Brazilian identity.

**Keywords:** Brazil. National identity. Politics. Soccer.

Artigo recebido para publicação em 14/09/2012

Artigo aprovado para publicação em 26/11/2012